

## A FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA: AÇÕES VOLTADAS PARA A MINIMIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE *BULLYING* ESCOLAR

**Kalina Salaib Springer**

springer.kalina@gmail.com1

**Luana Zimmer Sarzi2**

luana.sarzi@ufsc.br

### **Resumo**

*Um dos desafios que a escola e a sociedade em geral vêm enfrentando é o combate à violência. Neste contexto, estudos, diante das manifestações explícitas e veladas das violências, buscam caracterizar, problematizar e ampliar a compreensão vigente sobre a manifestação das ações violentas em ambiente escolar. Estes, indicam a presença de dimensões objetivas (materiais e físicas) e subjetivas (simbólicas), a serem consideradas na análise e reflexão sobre esse fenômeno social. Diante disso, faz-se necessário refletir acerca da necessidade de se formar professores aptos a identificar e propor ações de combate ao bullying e demais formas de violências na escola. Em se tratando da Educação Geográfica, enquanto disciplina que se dispõe a formar cidadãos críticos e transformadores em seus contextos sociais, é balizar o reconhecimento das diferenças e o combate a toda e qualquer forma de discriminação e violência. Por este motivo, foram realizadas oficinas com os alunos e professores participantes do PIBID Geografia da UFSC. Na ocasião, abordou-se aspectos que se referem diretamente ao contexto educacional em que estão inseridos, visando compreender como o professor, enquanto agente mediador do conhecimento, pode minimizar as práticas de violência e bullying escolar.*

**Palavras-chave:** Geografia, PIBID, Formação de professores, *Bullying* escolar.

<sup>1</sup> Professora vinculada ao Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Este trabalho é resultado da experiência desenvolvida pelo projeto PIBID área de Geografia. Agencia Financiadora: CAPES.

<sup>2</sup> Professora vinculada ao Colégio de Aplicação/Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Educadora Especial com mestrado na temática de Bullying escolar. Professora colaboradora do projeto PIBID – Geografia / UFSC.



## Introdução

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da Geografia desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina foi pensado em consonância com os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas selecionadas, a Proposta Curricular de Santa Catarina, as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de profissionais do Magistério (Resolução 02/2015), as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e a Lei 13.663/2018 que exige que as escolas promovam medidas de conscientização e combate a todos os tipos de violência, inclusive a prática do *bullying*.

Numa perspectiva inovadora, o projeto, inclui na formação docente, a discussão de temáticas que permeiam a realidade escolar, no entanto, são invisibilizadas durante os anos de formação. Nesse contexto, o programa possibilita que a escola, campo de atuação do futuro profissional, torne-se protagonista nos processos de formação dos licenciandos. Acreditamos na formação docente que se efetiva a partir de uma relação estreita entre o campo de formação e o campo de atuação profissional, ou seja, entre a Universidade e a Escola. Nesse contexto formativo, sobretudo no espaço acadêmico, concordando com pesquisas recentes desenvolvidas por Gatti (2010) sobre os currículos de formação de professores no Brasil, verificamos a urgência de serem superadas dualidades, como teoria/prática, formação/trabalho, universidade/escola, saber/fazer.

Inseridos no cotidiano escolar, os graduandos em Geografia da UFSC participantes do PIBID têm como compromisso: a) articular a prática pedagógica com a pesquisa e ensino no espaço de inserção da mesma; b) participar de experiências pedagógicas realizadas por projetos e temas geradores; c) pensar ações de combate e enfrentamento às situações de preconceito, discriminação e violência; d) Criar e disponibilizar materiais didático pedagógicos para professores e alunos cujas temáticas envolvam Educação Geográfica e Direitos Humanos; e) propor ações e projetos interdisciplinares que viabilizem a efetivação da Educação em Direitos Humanos.

Estas temáticas trabalhadas sob a viés da Geografia em parceria com os Núcleos de Atenção e Prevenção às violências na escola (NEPREs) e de acordo com as especificidades e realidade de cada escola possibilita um aprendizado que reconheça a diversidade étnico-racial,

as diferenças dos grupos sociais, com base em princípios éticos respeite a individualidade, a diferença e combata o preconceito e a violência de qualquer natureza.

Neste contexto, é objetivo deste texto, relatar a experiência realizada no PIBID - Geografia / UFSC cujo eixo articulador trouxe a Educação em Direitos Humanos, que trabalhado sob o viés geográfico, reconhece e valoriza as diferenças, visibiliza e atua no combate às formas de violência e discriminação, fundamentando-se nos princípios da dignidade humana e na educação democrática.

### **Violência e *Bullying* escolar**

Um dos desafios que a escola e a sociedade em geral vêm enfrentando nos últimos anos é o combate à violência. Estudos, diante das manifestações explícitas e veladas das violências em contexto escolar, buscam caracterizar, problematizar e ampliar a compreensão vigente sobre a manifestação das ações violentas em ambiente escolar. Estes, indicam a presença de dimensões objetivas (materiais e físicas) e subjetivas (simbólicas), a serem consideradas na análise e reflexão sobre esse fenômeno social.

Assim, para além da violência objetiva (claramente evidenciada) a violência simbólica no âmbito escolar pode ser verificada de várias maneiras: desde o tratamento diferenciado dispensado a determinados alunos, até ao conteúdo pragmático que faz parte do plano pedagógico. Ressaltando-se que, este, não leva em consideração a amplitude das variadas formas de se aprender, compreender, fixando apenas um plano de ensino para toda a extensão dos alunos e suas singularidades, o que, em grande parte das vezes favorece àqueles que já possuem vantagem, qual sejam, os alunos de classe dominante.

Bourdieu (1998) discorreu sobre a escola e seu papel na legitimação da violência simbólica, a qual, além de disseminar um padrão único de ensino, atuava como importante instrumento de conservação social, difundindo, principalmente, o caráter da meritocracia para legitimar as desigualdades verificadas no meio escolar. Mas não é suficiente enunciar o fato da



desigualdade diante da escola, é necessário descrever os mecanismos objetivos que determinam a discriminação contínua das crianças desfavorecidas. (BOURDIEU, 1998, p. 41)

Neste contexto, “o sistema de ensino, amplamente aberto a todos e, no entanto, estritamente reservado a alguns, consiga a façanha de reunir aparências de “democratização” com a realidade da reprodução que se realiza em um grau superior de dissimulação, portanto, com um efeito acentuado de legitimação social. (BOURDIEU, 1998, p. 223)

Outra forma de violência recorrente em âmbito escolar pode se manifestar através de comportamentos velados, intimidadores e recorrentes entre os estudantes: o que chamamos *bullying* escolar. O *bullying*, compreende uma série de comportamentos agressivos recorrentes e traz em sua prática uma relação de desequilíbrio de poder, em que, a vítima não consegue se defender das agressões sofridas, e mesmo que momentaneamente, apresenta uma postura mais frágil em relação ao(s) agressor(es). Segundo Fante (2005):

[...] um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s) causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuações de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas manifestações do comportamento *bullying*. (FANTE, 2005, p. 28)

Gisi, Vaz e Valter (2012) distinguem o *bullying* de outros tipos de agressão pontual ou momentânea. Segundo os autores, o que para muitos pode aparentemente parecer uma brincadeira pode ser, na realidade, alguma agressão, podendo ocorrer dentro de salas de aula, em pátios escolares, na hora do intervalo e no momento de ir ou voltar da escola sempre com característica de intencionalidade de magoar. Quanto a essa diferenciação, Campos e Jorge (2010) trazem que:

[...] estudos sobre violência, realizados em países de língua inglesa, encontraram dificuldades em definir a multiplicidade de conflitos presentes no interior da escola, pois em inglês *violence* se refere apenas à violência física. Em decorrência, os pesquisadores convencionaram usar o termo

*bullying* para descrever grande parte das violências que acontecem no espaço escolar. (CAMPOS, JORGE, 2010, p 109)

Para tanto, Calhau (2011), traz alguns critérios estabelecidos pelo pesquisador Dan Olweus, precursor nos estudos sobre *bullying* escolar, para identificar quais são as condutas de *bullying* e, dessa forma diferenciá-las de outros tipos de violência. Para autores da área como Beaudoin e Taylor (2007), Silva (2010) e Calhau (2011), o *bullying* pauta-se em ações repetitivas contra a mesma pessoa (vítima) por um período prolongado de tempo; desequilíbrio do poder, o que dificulta a defesa da vítima; e também, a ausência de motivos que justifiquem os ataques.

Esta prática de violência pode se manifestar de duas formas: direta e indireta apresentando em ambas a faceta da aversão e da humilhação (Fante, 2005). O *bullying* ocorre de maneira direta, quando inclui agressões físicas (bater e chutar) e verbais (apelidos pejorativos, insultos, constrangimentos). A maneira indireta acontece através de disseminação de rumores desagradáveis, visando à discriminação e exclusão da vítima de seu grupo social.

Outra maneira indireta do *bullying* vem configurando um novo aspecto desse fenômeno, o chamado *Ciberbullying* ou *bullying* virtual, que segundo Silva (2010), caracteriza-se como uma prática de violência em que faz uso da internet para coagir e/ou humilhar as vítimas.

A violência vivenciada por crianças e jovens, bem como seus desdobramentos e suas interferências no ambiente educacional, torna-se um elemento constituinte da identidade destes. Nesse sentido, debater essa temática dentro das escolas identificando as possíveis causas do *bullying* escolar, bem como, quem são os personagens dessa trama, pode ajudar na compreensão



do fenômeno, no enfrentamento desse problema e na busca de um agir educativo de minimize essas práticas.

### **Ações de formação voltadas para o reconhecimento e minimização de práticas de *bullying* escolar**

A grande incidência de práticas de *bullying* escolar vem causando um clima de perplexidade em torno das vítimas e dos profissionais envolvidos na educação. Para tanto, a fim de identificar o *bullying* e traçar estratégias de minimização desta forma violência nas escolas, considera-se relevante realizar desde a graduação um processo formativo com este futuro professor, para que esteja preparado ao se deparar com as situações de *bullying* e suas formas de manifestação na escola.

A formação de um profissional que atenda a diversidade que se apresenta dentro de um espaço educacional, vem suscitando uma série de reflexões acerca de como se dá a prática desse professor ante as atitudes discriminatórias que ainda se fazem presentes no cotidiano escolar. Atitudes estas, que ocorrem mediante a intolerância à diferença, devido aos padrões fixos e restritos às crenças estereotipadas e que Guareschi & Silva (2008) descrevem como as principais desencadeadoras do *bullying* escolar.

Do ponto de vista normativo, as ações de combate às violências na escola, existem desde 2015. Neste ano, promulgou-se a Lei 13.185 que determinava a realização de capacitação de docentes e equipes pedagógicas para implementar ações de prevenção e solução do problema, assim como a orientação de pais e familiares, para identificar vítimas e agressores. O texto também estabelece que sejam realizadas campanhas educativas e fornecida assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores.

Em 2018, nova regulamentação altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino: Art 12 “ IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*),

no âmbito das escolas; X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.” (NR)

Contudo, ainda que os documentos legais os quais o Brasil é signatário apresentem discursos resolutivos sobre a importância do atrelamento entre teoria e prática para uma formação que corrobore com a promoção da diversidade e do respeito às diferenças, se percebe pouco apoio na instrumentalização dos docentes para a ação. Como alternativa para suprir esta necessidade de formação docente para atuar em um contexto permeado por práticas de *bullying* Gisi, Vaz e Valter (2012) trazem que

Devem ser estabelecidas ações conjuntas entre instituições formadoras e escolas na implementação de programas de formação de professores. Em relação a formação inicial percebe-se que o *bullying* necessita de maior aprofundamento. (GISI, VAZ e VALTER, 2012, p.5)

Diante disso, faz-se necessário refletir acerca da necessidade de se formar professores aptos a identificar e propor ações de combate ao *bullying* e demais formas de violências na escola. Em se tratando da Educação Geográfica, enquanto disciplina que se dispõe a formar cidadãos críticos e transformadores em seus contextos sociais, é balizar o reconhecimento das diferenças e o combate a toda e qualquer forma de discriminação e violência. Diante deste viés, os conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos são também aqueles fundamentais na organização curricular da geografia na escola.

Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais”. (DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, Art. 2º § 2º )

Por este motivo, foram realizadas oficinas com os alunos e professores participantes do PIBID Geografia da UFSC. Na ocasião, abordou-se aspectos que se referem diretamente ao contexto educacional em que estão inseridos, visando compreender como o professor, enquanto agente mediador do conhecimento, pode minimizar as práticas de violência e *bullying* escolar.

Autores como Fante (2005), Beudoin e Taylor (2007) e Silva (2010) embasaram as discussões que transcorreram acerca dos bloqueios contextuais que condicionam os sujeitos à



um processo cultural de saberes permeados pelas condições socioculturais em que vivemos constituídas no capitalismo, no individualismo, na competitividade, no patriarcado e, por vezes, na intolerância as diferenças.

Estas condições socioculturais, são gatilhos para os bloqueios contextuais descritos por Beaudoin & Taylor (2006) e Guareschi (2008), como fatores que se configuram a partir um conjunto de especificações culturais atribuídos aos membros de uma cultura, trazendo o individualismo como uma experiência que, apesar de possibilitar autonomia, pode causar efeitos negativos limitando as opções de defesa da vítima do *bullying*, ou até mesmo, levando o agressor a assumir um papel imposto a ele culturalmente.

A reflexão seguiu ainda, para o reconhecimento do *bullying* escolar e a diferenciação de brincadeiras e/ou agressões pontuais, de forma a pensar posturas e estratégias de ação frente a esta violência velada. Além disso, foram trabalhados com diferentes modos de o professor atuar na prevenção do *bullying*, uma vez que, para além da transmissão de conteúdos, este pode ser um mediador das relações entre os estudantes e uma referência para ações menos homogeneizantes e excludentes.

Abordou-se a importância de o professor ter um olhar crítico e construtivo sobre a própria prática. Para isso a troca de experiência e os estudos teóricos prévios sobre o *bullying* escolar, foram fundamentais no processo de (des)construção das percepções generalistas sobre a temática e de construção de conceitos claros e fundamentados em estudos da área.

Para que o professor possa identificar se o fenômeno está ocorrendo, há necessidade de que tenha acesso a informações sobre o fenômeno [...]. Assim, a formação continuada precisa ser intensificada para que os professores tenham, em primeiro lugar capacidade para identificar o problema, atuar de modo correto, fazer encaminhamentos necessários para a resolução do mesmo e ainda fazer um trabalho no sentido de prevenção (GISI; VAZ; VALTER, 2012, p. 09).

Como base para esta ação, ocorrerão futuramente outras formações, visando o estudo dos casos de *bullying* escolar que serão registrados e descritos pelos próprios estudantes

participantes do PIBID ao longo de um período de observação na escola em que estão atuando. Estes casos, trarão o subsídio necessário para o planejamento de novas ações.

## Reflexões Finais

A partir das discussões teóricas e dos exemplos abordados na oficina, os acadêmicos puderam refletir acerca da importância e responsabilidade do seu papel enquanto futuros professores. Segundo Castellar (2010) os componentes que interferem na aprendizagem são de ordem cognitiva e afetiva e a atuação do professor deve voltar-se para esses aspectos que vão determinar a qualidade do ensino.

Cavalcanti (2012) infere que em suas atividades diárias, alunos e professores constroem geografia, pois, ao circularem, brincarem, constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios; vão formando, assim, espacialidades cotidianas em seu mundo vivido e vão contribuindo para a produção de espaços geográficos mais amplos. Assim, mediar situações de bullying escolar, permite que, os espaços se reconstruam por meio de uma prática social cotidiana, organizada e planejada pelo professor.

Assim, tem-se a conscientização, desde já, são agentes diretos na transformação de práticas de violência uma vez que estão inseridos em uma escola pública de Florianópolis com a tarefa de pensar estratégias para a minimização do *bullying* escolar neste espaço.

Neste contexto, o PIBID como política pública voltada à formação inicial de professores, possibilita que a escola, campo de atuação do futuro profissional, torne-se protagonista nos processos de formação dos licenciandos e os professores experientes tornam-se co-formadores de futuros professores. Portanto, articula ensino, pesquisa e extensão, envolve escola e universidade e possibilita trocas e melhorias nos processos de ensinar e de aprender tanto na Educação Básica, quando na universidade.

Inseridos no cotidiano escolar, os pibidianos vivenciam a realidade do cotidiano escolar, planejam e participam de experiências metodológicas e práticas docentes. Assim, o exercício de docência permite um processo de reflexão na/sobre/para a prática, a fim de que se possa aprimorá-la, tendo como objetivo principal a aprendizagem do aluno. Conforme Tardif (2007) neste contexto, a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem por meio do



qual os professores retraduzem sua formação e a adaptam à profissão, eliminando o que lhes parece abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra.

Assim, este projeto, estruturou-se no conceito de terceiro espaço desenvolvido por Zeichner (2010). Essa premissa rejeita as polaridades entre teoria e prática na formação de professores em prol da elaboração de espaços-tempos que reúnam o conhecimento prático ao acadêmico de modos menos hierárquicos, tendo em vista a criação de novas oportunidades de aprendizagem para professores em formação inicial.

Zeichner (2010) esse “terceiro espaço” é uma maneira alternativa que favorece a antecipação da entrada dos licenciandos na escola, legitimando, por assim dizer, esse espaço como instituição (co)formadora, visto que muitos conhecimentos sobre a docência podem ser construídos no próprio exercício da função. A constituição desse “terceiro espaço” requer a compreensão de que a construção do conhecimento sobre a docência não deve se dar nem de “fora para dentro”, como mencionado anteriormente, nem de “dentro para fora”, o que evidenciaria o não reconhecimento dos saberes acadêmicos.

No que tange a formação de professores de Geografia, estes não estão isolados do contexto escolar. Assim, a formação destes profissionais, precisa acompanhar as necessidades advindas da escola. E, esse espaço híbrido – terceiro espaço – propiciado pelo PIBID evidencia a necessidade do abandono de práticas que direta ou indiretamente corroboram com a instalação de atos discriminatórios e de violência seja objetiva ou subjetiva. A Escola nessa seara, deverá servir como meio de integração social, e não como meio apto a fomentar à discriminação,



principalmente nos fatores que versam sobre gênero, raça, cor ou credo e a Geografia, enquanto formadora de cidadãos, tem papel fundamental nesse contexto.

### **Referências bibliográficas**

BEAUDOIN, M. N.; TAYLOR, M. ***Bullying e Desrespeito***: como acabar com essa cultura na escola. Tradução: NETZ, S. R. – Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.185 de 06 de Novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília,



06 nov. 2015. Acesso em 30 de Mar de 2019. Disponível, em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm)

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente.** São Paulo: Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, 2015. Acesso em: 01 de Abr. 2019. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação.** RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012. Acesso em 30 de Mar de 2019. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001\\_12.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf)

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** 2a Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CALHAU, L. B. **Bullying: o que você precisa saber:** identificação, prevenção e repressão. 3. ed. – Niterói, RJ: Impetus, 2011.

CAMPOS, H. R. C. e JORGE, S. D. C. **Violência na escola: uma reflexão sobre o bullying e a prática educativa.** Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 83, p. 107-128, mar. 2010.

CASTELLAR, Sonia Maria. **A Formação de professores e o Ensino de Geografia.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n 90, pg.149-166, 2010.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola.** Campinas (SP): Papirus, 2012.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying. Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz.** Campinas: VERUS, 2005.

GATTI, B. A. **Formação de professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos.** São Paulo: Fundação Victor Civita, 2010.

GISI, M. L.; BARBOSA, F. A.; VALTER, C. C. N. **Bullying: um desafio para a formação de professores.** Anais. Seminário de pesquisa em Educação da Região Sul – ANPEDSUL. Realizado de 29 de julho a 1º de agosto de 2012. UCS- Caxias do Sul. Disponível em:



<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2268/478>. Acesso em: 28 de mar. de 2018.

GUARESCHI, P. A. & SILVA, M. R. (Coord). **Bullying: mais sério do que se imagina**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

OREAL/ UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 8ª edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

ZEICHNER, K. **Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidade**. Educação, v. 35, n. 3, p. 479-504, maio/ago. 2010.